

## EDITORIAL

# Compliance strikes back?

“O BNDES tem um quadro de funcionários muito competente, que pode responder a tudo que o país precisa em termos de desenvolvimento econômico e social. Mas a ditadura do controle está perseguindo (o banco) e fazendo coisas que poderiam ser feitas de forma diferente”... “O Brasil não pode ficar a reboque de órgãos de controle”... “Tudo que eu vi [na Operação Bullish] sendo feito sem comprovação, sem indícios efetivos... É um absurdo as conduções coercitivas” (Estado de São Paulo, 20/07/2017).

De quem são as declarações acima? Alternativas: (a) Diretoria da AFBNDES; (b) Luciano Coutinho (ex-presidente do BNDES); (c) Ciro Gomes (candidato a presidente do Brasil pelo PDT); (d) Ricardo Baldin, primeiro diretor da Área de Controladoria do BNDES na gestão Maria Sílvia; e (e) NRA.

Quem trabalha no BNDES e viveu a gestão da presidente Maria Sílvia sabe a resposta. Quem não lembra da ex-presidente falando do absurdo de o BNDES não possuir uma Área de Controladoria (um dos comentários mais comuns além do senso de urgência e das opiniões da filha dela sobre a “caixa preta”)?

Se tomarmos a opinião de Baldin em consideração, somos obrigados a algumas reflexões. Em primeiro lugar, o BNDES não cometeu irregularidades a despeito de não ter uma Área de Controladoria. Independente da importância de termos ou não essa área na Casa, a questão é que a organização já era dotada de órgãos responsáveis por tal atribuição. O histórico do BNDES é de acompanhar determinações do Banco Central e outros órgãos de controle como a CVM (esses controles quando citados parecem que não são importantes, que não contam. Até que nos deparamos com casos como da Empiricus – dona de metade de um “blog” que se especializou, entre outras coisas, a perseguir o BNDES e seus empregados, o Antagonista –, que foge da regulação da CVM como o diabo da cruz). Já é uma longa história. Óbvio que o Banco pode, deve e vem buscando aperfeiçoamentos. Por conta desse processo, podemos dizer que o Banco certamente tinha mais controles nos anos 2000 do que nos anos 90. Não seria anacrônico criticar a atuação do BNDES

nas privatizações dos anos 90 por falta de uma Área de Controladoria?

Em segundo lugar, somos levados a perguntar: quais são as “coisas esquisitas” das quais o presidente Levy está tão certo que o diretor de Controladoria não encontrou em um ano de trabalho? Seria Baldin um petista enrustido? Ou um globalista? Um marxista cultural?

O presidente Joaquim Levy parece ser um economista metódico, criterioso. Ele está sob a pressão – as críticas e as pressões são divulgadas semanalmente na imprensa – de ter que emitir julgamentos negativos sobre o passado do BNDES. De fato, assistimos a um espetáculo absurdo em que ministros da área econômica parecem instados, como numa competição, a dar declarações ultrajantes a respeito das instituições sobre as quais são responsáveis. Julgado sobre esse ângulo, o presidente Levy está certamente perdendo a competição.

Talvez explicar falhas com base em problemas organizacionais possa ser entendido por ele como um esforço de centrar a discussão nesse tipo de questão e não no comportamento desse ou daquele empregado.

Infelizmente não podemos concordar. Muita gente parece querer acreditar que o governo do PT durou até o fim do ano passado. Nós que fomos uma das organizações mais atingidas pelo governo Temer, sabemos que isso não é verdade. Não começamos ontem a reavaliar nossos processos, a julgar operações passadas. Sugerimos, modestamente, outra agenda crítica. Vamos discutir os méritos e deméritos das opções feitas pelas administrações anteriores. O que foi errado? O que foi certo? Há o que aperfeiçoar no que foi feito? O que não deveríamos voltar a fazer?

Obrigar o BNDES a reviver infinitamente esses processos é uma forma de

destruir ou desconstruir o moral da Casa. Será que já foram tão longe antecipando julgamentos, espalhando mentiras, se negando a aceitar os fatos, que consideram impossível voltar atrás não importando as evidências?

Talvez uma luz para entender o que está em curso, no BNDES e no país, e que poderia parecer apenas improvisado, desorganização, foi dada pelo presidente da República (muitas vezes injustamente subestimado): “O Brasil não é um terreno aberto onde nós iremos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz”.

A primeira chapa da atual equipe da AFBNDES, eleita em 2016, se chamava “Reconstrução”. Um sinal de que caminhamos em outra direção.

## Solidariedade e compromisso com a verdade

### *Empregados do BNDES lotam térreo do Edserj em protesto contra denúncia do Ministério Público Federal relacionada à Operação Bullish*

Os desdobramentos da Operação Bullish, que investiga aportes realizados pela BNDESPAR na JBS, novamente levaram os empregados do BNDES a um ato de protesto no térreo do Edserj. A manifestação foi realizada na tarde da última sexta-feira (15) – a exemplo do que ocorreu em 12 de maio de 2017, quando houve a condução coercitiva de 37 técnicos do Banco para depoimento na Polícia Federal, no Rio.

Desta vez, o ato convocado pela AFBNDES tinha como objetivo prestar solidariedade a seis empregados e empregados do BNDES denunciados, no último dia 14, pelo Ministério Público Federal. Durante a manifestação, foi aprovada a elaboração de uma carta aberta à sociedade com o posicionamento do corpo funcional benedense a respeito da denúncia. Este documento, presente nas **páginas 4 e 5** desta edição, já está circulando pelo Banco para o recolhimento de assinaturas dos empregados, estando também disponível na secretaria da Associação.

O documento foi uma deliberação da plenária reunida no ato. Nele foi feito o esforço de, em pouco tempo, digerir a denúncia apresentada e informar as razões pelas quais não somos neutros sobre a denúncia do MPF. Esperamos ter mostrado que nossa reação não está fundada num automatismo corporativo. Depois de examinar a denúncia, nos indigna a sistemática desconsideração, sem maiores es-

forços explicativos, dos argumentos apresentados pelo BNDES. Temos um inquérito e agora uma denúncia sobre empregados do BNDES baseados na identificação de irregularidades pelo TCU que foram exaustivamente debatidas. Tememos que se os órgãos de controle optarem por essa forma de conduzir suas investigações, outras operações do BNDES podem estar expostas a riscos semelhantes. Isso coloca os empregados do BNDES numa situação de altíssima vulnerabilidade.

Procuramos apontar também no documento o que pode ser uma alternativa sadia, positiva, para a relação entre BNDES e órgãos de controle. Há uma disposição genuína de aperfeiçoar processos na Casa. Advertências, sugestões, maior grau de interação com o TCU são muito bem-vindos. Esperamos que esse caminho venha a prevalecer a bem dos empregados do BNDES e do Estado brasileiro.

Mais de dez empregados fizeram o uso da palavra durante o ato, entre eles o presidente e o vice-presidente da AF, Thiago Mitidieri e Arthur Koblitz, respectivamente. Foram lidas mensagens de três dos denunciados pelo MPF agradecendo o apoio dos colegas e acreditando na justiça e no esclarecimento dos fatos. Também houve a repetição da foto dos funcionários levantando o crachá do Banco com orgulho e comprometimento, como foi feito, de maneira espontânea, em 12 de maio de 2017 (confira na **página 5**).



## Diretoria

**Presidente** – Thiago Mitidieri  
**1º Vice-Presidente** – Arthur Koblitz  
**2º Vice-Presidente** – William Saab  
**Financeiro** – Fabio Pais  
**Patrimonial** – Carlos Germano Régio Amazonas  
**Administrativo** – Antonio Ricardo Mesquita  
**Institucional 1** – Fernando Newlands  
**Institucional 2** – Celso Evaristo Silva  
**Jurídico 1** – Felipe Miranda  
**Jurídico 2** – Juliana Noronha  
**Novos Negócios e Marketing** – Eric Flores Coelho  
**Assistidos** – Armando José Leal  
**Ouvidoria** – Andre Nicolay  
**Assistência Social e Educação** – Sônia Guedes  
**Cultural 1** – Márcio Verde  
**Cultural 2** – Carlos Henrique de Lima  
**Social** – Armando Luiz Guimarães  
**Esportes** – Paulo Rebouças.

## Conselho Deliberativo

Alice Assumpção, Beatriz Barbosa Meirelles, Carlos Leonardo Delgado, Carlos Roberto B. dos Santos, Claudio Abreu, Creuza Novaes, Eduardo Scotti Debaco, Eloah Manoel, Eva Maria Moreira, Fabiano Dias de Mattos, Luciana Chaves Rocha, Lucimar Fernandes, Marcelo Valente, Maria Celia Louzada, Mario Lopes, Marleide Cunha, Marucia Cabral, Oswaldo Humbert, Pauliane de Oliveira, Sandro Couto, Valmir Lopes, Vera Lucia Barreto, Wagner Gonzales de Oliveira, Williams Cipreste, Wilson Duffles.

## Conselho Fiscal

**Titulares:** Madeilene Perez de Carvalho, Melvyn Afonso Cohen e Orlando Zeferino de Oliveira  
**Suplentes:** Alfredo Gonçalves Nunes, Antonio Saraiva da Rocha e Luiz Ferreira Xavier Borges

## Ouvidoria

André Nicolay  
 E-mail: [ouvidoria@afbndes.org.br](mailto:ouvidoria@afbndes.org.br)

## Sede Administrativa

Av. Chile 100, sobreloja-mezanino, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Caixa Postal 50012, CEP 20050-971. Tels. 2532-0163, 2532-0450 e 2532-0176.

## Clube da Barra

Av. Ayrton Senna 550, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CE 22793-000, Tels. 3325-3092, 3325-7559, 99448-0531 e 99252-1478.

## Pousada Clube Itaipava

Estrada Itaipava-Teresópolis 5001, Madame Machado, Itaipava, Petrópolis, RJ, CEP 25745-001, Tel. 24 2222-2579, Fax 24 2222-4987.

## Vínculo

Publicação semanal da AFBNDDES

**Jornalista responsável:** Washington Santos

**Diagramação, ilustração e projeto gráfico:** Fernando Garcia

**Repórter:** Bárbara Becker

**Publicidade:** Ricardo Torregrosa  
**Redação e publicidade:** Av. Chile 100, sobreloja-mezanino, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Caixa Postal 50012, CEP 20050-971. Tel. e Fax 2532-0163 e 2532-0704.

**E-mail:** [vinculo@afbndes.org.br](mailto:vinculo@afbndes.org.br)

**Tiragem:** 4.000 exemplares.

**Impressão:** 3Gráfica.

### Vínculo On Line

Todas as quintas  
[www.afbndes.org.br](http://www.afbndes.org.br)

As opiniões emitidas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da AFBNDDES e do BNDES.

## OPINIÃO

# O papel do BNDES no desenvolvimento econômico do Brasil

(\*) MAURÍCIO BORGES LEMOS

Dois condições básicas são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico. A primeira consiste na construção de *externalidades* positivas, configurando um *ambiente locacional* favorável para os investimentos. Estas se baseiam na disponibilidade de infraestrutura *física e humana* (esta última tendo como epicentro saúde e educação) e, concomitantemente, na existência de aglomerações. Assim, as aglomerações viabilizam economicamente a construção da infraestrutura, a qual gera mais aglomerações, configurando um círculo *virtuoso* (do desenvolvimento) ou *vicioso* (do subdesenvolvimento). Indiretamente, a disponibilidade de infraestrutura viabiliza a formação de aglomerações de MPMEs, as quais são também produtoras de importantes externalidades, que se tornam *decisivas* para a construção de um *ambiente locacional* favorável.

A segunda condição consiste na construção de uma Base de Exportação (BE) de bens e serviços, a mais dinâmica e diversificada possível. Esses *negócios competitivos* do país têm por pilar todas as *externalidades positivas, ao mesmo tempo em que as incrementam, configurando o círculo virtuoso do desenvolvimento.*

A macroeconomia do *mainstream*, autodenominada “a corrente principal do pensamento econômico”, trabalha com a hipótese da *concorrência perfeita*, considerando que tais externalidades positivas (simplesmente a base estrutural para o desenvolvimento econômico) são apenas *exceções*, portanto, irrelevantes para a análise econômica. Para os investimentos serem dinamizados, bastaria a volta da *confiança*, centrada no ajuste fiscal e outras variáveis macroeconômicas. Assim, por hipótese, instituições como o BNDES seriam *desnecessárias*. Como a questão dos investimentos é uma questão de *crença ideológica*, poderíamos sintetizá-la na seguinte frase: “se Deus quiser, cumpridos todos os *purgamentos*, os investimentos virão”. Mas Deus pode não querer... e aí precisaremos de instituições como o BNDES.

### 1. O papel mais importante do BNDES: ajudar na construção da infraestrutura brasileira

Sinteticamente, uma instituição como o BNDES poderia realizar três tipos de ações em prol do desenvolvimento econômico:

Uma primeira, e talvez a mais importante, seria baseada em sua antiga e reconhecida expertise em projetos, atuar na viabilização da construção da infraestrutura física do país. Uma vez que, historicamente, o investimento estatal tem problemas estruturais de *governança*, tornou-se *consenso*, no Brasil, em todos os governos desde a democratização, incluídos os 13 anos de governo petista, que os investimentos em infraestrutura precisam ser *privatizados*. E essa privatização, podendo até incluir, eventualmente, a *riqueza velha*, já criada, teria de ter por eixo o investimento novo. Viabilizar isso deveria ser uma das primeiras e mais importantes *missões* do BNDES, na verdade aperfeiçoando o que já vem fazendo ao longo de toda a sua história, e, em especial, nos últimos 20 anos.

Ações de três tipos poderiam ser realizadas pelo BNDES em seu apoio à construção da infraestrutura. Uma primeira,

básica, seria simular os possíveis cenários e estimar a taxa de retorno dos projetos. Com essa caracterização, o poder público seria devidamente balizado para uma definição da política governamental a ser adotada para determinado segmento. A segunda, mais complexa, seria definir o *funding adequado* para a viabilização de cada projeto. A terceira seria participar, se necessário, da viabilização deste *funding adequado*, o qual, sinteticamente, poderia prever duas situações de enquadramento:

i) Se, por acaso, a taxa de retorno simulada for inteiramente compatível com soluções de mercado, seja do ponto de vista do financiamento, seja ponto de vista do *funding* (consolidação do capital), o BNDES poderia, se necessário, atuar complementarmente no financiamento, ao lado das instituições financeiras do *mercado*;

ii) Se, por outro lado, a taxa de retorno for inferior ao mínimo necessário a uma solução de mercado, a missão do BNDES será estruturar alternativas de *funding* que venham a viabilizar o empreendimento.

Sobre o *funding* adequado no contexto desta segunda hipótese, poderíamos dizer que a solução clássica tem sido a criação formal ou informal de PPPs, cabendo ao poder público complementar o capital do empreendimento, tornando-o compatível com a taxa de retorno do mercado. Como o problema estrutural das PPPs é a não confiabilidade do próprio poder público, uma solução mais simples seria a criação, por programas, de *moedas especiais* (subsidiadas, tendo como referência o custo de financiamento da dívida pública), sendo a TJLP mais conhecida e utilizada em termos de volume e tempo de duração. O custo fiscal da criação de uma *moeda especial* poderia ser equacionado por *programas*. Os termos deste equacionamento, já realizado a nível mais agregado por técnicos do BNDES, incluem desde os impostos e dividendos embutidos nos *spreads* do Banco, até os impostos embutidos nos efeitos multiplicadores e aceleradores.<sup>1</sup> Ponderando todas as variáveis, chega-se ao resultado fiscal esperado de determinado programa. Se tal resultado for positivo, um simples financiamento com *moeda especial* seria suficiente para viabilizar o investimento, tornando-o financeiramente sustentável tanto para o setor público quanto para o privado.

Ainda assim, mesmo com a definição de programas e projetos com consistência fiscal, seu *funding apropriado* pode não estar garantido, seja pela concentração e escassez de virtuais operadores com capacidade de capital (*equity*), seja porque, em vista disso, a *solução* estrutural historicamente recorrente nas economias periféricas – o recurso ao capital estrangeiro em projetos de infraestrutura – é macroeconomicamente inviável.<sup>2</sup> Aqui, mais uma vez, o BNDES poderia ajudar, seja configurando um programa de renda variável, em consonância com uma *proposta de moeda especial para o financiamento, seja criando uma moeda especial para a previdência complementar, saindo daí o equity vital para os projetos de infraestrutura.*<sup>3</sup>

Entretanto, mesmo com *moedas especiais* para o financiamento e para o *equity*, há projetos de infraestrutura, imprescindíveis para o desenvolvimento, cuja taxa de retorno obrigaria necessariamente à utilização explícita dos esquemas de PPPs. Seria o caso, por exemplo, da construção da rede me-



## OPINIÃO

## EM DISCUSSÃO

Os “novos”  
rumos da  
economia  
brasileira

A edição de março do *Jornal dos Economistas* ([www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br)) discute as primeiras medidas e as sinalizações do novo governo e seus impactos internos e nas relações e comércio internacionais do país.

Paulo Nogueira Batista Jr., ex-vice-presidente do Banco dos Brics, analisa em entrevista as perspectivas da economia, as guinadas nas relações internacionais, os anúncios da contrarreforma da Previdência, privatização de estatais, esforço para zerar o déficit público e independência do BC, o custo Brasil e o papel do setor financeiro.

Marcelo Carcanholo, da UFF, avalia que, apesar das indefinições do “novo” governo, já está claro que veremos o mesmo filme, protagonizado pela adoção de políticas neoliberais em países periféricos, cujo final previsível e infeliz será o aprofundamento dos problemas estruturais do Brasil.

Adhemar Mineiro, doutorando da UFRRJ, afirma que o governo dá continuidade às políticas de Temer. As projeções de crescimento para 2019 serão rebaixadas até se aproximarem da estagnação da qual não conseguimos sair. A situação pode ficar ainda pior, no caso de uma crise internacional ou de turbulências políticas internas.

Giorgio Romano, da UFABC, identifica três grupos no governo: os ultraliberais de Guedes, que tocam a economia; o pessoal de ideias curiosas, como Ernesto Araújo; e os militares. O que o eleitorado quer é emprego e renda. Se a equipe econômica não conseguir mostrar serviço, as condições no governo se acentuarão, ainda que os conservadores populistas e os militares sequer tenham propostas alternativas para a economia.

Dercio Munhoz, ex-presidente do Cofecon, destaca três medidas do governo, que é pautado pelo liberalismo radical: a desorganização da estrutura administrativa, com o fechamento de ministérios e concentração no Ministério da Economia; a liquidação das empresas estatais, sob o pretexto da redução da dívida pública; e a destruição da previdência pública, com regras que postergam ou impedem o acesso à aposentadoria e reduzem a assistência aos idosos.

troviária, da rede ferroviária (na maioria dos casos) e da universalização do saneamento básico. Partindo do suposto de que a governança privada ajudaria muitíssimo na minimização de custos de investimentos dos projetos nesses setores, o BNDES poderia, mais uma vez, ajudar como interveniente da execução das garantias, viabilizando a participação privada nas PPPs.<sup>4</sup>

### 2. Segunda missão do BNDES: apoio decisivo às MPMEs

Na verdade, ao lado da infraestrutura, que por sua própria natureza é caracterizada pelas externalidades, constituindo um *entrave* a ser superado para se alcançar o desenvolvimento, as MPMEs mostram-se imprescindíveis para a realização das mais diversas tarefas microeconômicas, desde a banal gestão de mão de obra pouco qualificada até as etapas iniciais de *surtos* de inovação tecnológica. Em sua forma mais eficiente, elas tendem a existir e buscar formas de aglomeração, produzindo, nesta condição, *externalidades*. Assim, a formação de aglomerações de diversos tipos, sejam mais especializadas (distrito industrial *marshalliano*) ou diversificadas, constituem também um passo decisivo para o desenvolvimento econômico, cabendo ao BNDES criar produtos financeiros diversos, tendo como base uma *moeda especial*, para viabilizar a expansão das MPMEs. Neste caso, alternativamente, poder-se-ia deixar que as próprias forças de mercado conduzissem as empresas financiadas à forma aglomerada, seja apoiando explicitamente a formação de distritos industriais, no contexto de políticas industriais adotadas pelos governos.

Ao longo de sua história, o BNDES adotou vários programas para incentivar as MPMEs, sendo o mais conhecido e bem-sucedido o cadastro FINAME, criado em 1964, cuja característica essencial não é a de constituir uma política *nacionalista*, mas de prover efeitos multiplicadores (renda, emprego e **impostos**) que viessem a dar consistência fiscal a um amplo programa, baseado em *moeda especial*, de formação de capital fixo dessas empresas. Mais recentemente, o *BNDES automático* e, sobretudo, o *cartão BNDES* complementaram a tríade de apoio às MPMEs. Entretanto, o passo decisivo, que seria realizar operações indiretas automáticas, em parceria com agentes financeiros diversos, podendo o Banco compartilhar ou mesmo assumir integralmente o risco dos empréstimos, não foi dado.

Os passos iniciais para se chegar a esse ponto foram dados através da criação do Fundo Garantidor do Investimento (FGI), que constituiu uma espécie de *ensaio* para que, desenvolvendo uma metodologia de compreensão do risco *a la serasa*, o BNDES viesse, aos poucos, construindo um *intangível* que lhe permitisse criar um novo produto financeiro: ao lado das operações indiretas automáticas tradicionais, nas quais o risco do empréstimo é do agente financeiro, seria criado o *BNDES mandatário*, em que o risco dos empréstimos seria compartilhado ou integral e o agente financeiro um mandatário com funções específicas.<sup>5</sup> Isso destravaria definitivamente o investimento das MPMEs, resolvendo um dos entraves estruturais para que o país viesse a alcançar o desenvolvimento econômico.

### 3. Terceira missão do BNDES: apoio à expansão e diversificação da Base de Exportação

Destravada a questão da infraestrutura e dinamizado o processo de expansão das MPMEs, o terceiro tripé do desenvolvimento é a sua transmutação em Base de Exportação de bens e serviços, que deveria se caracterizar pelo dinamismo e pela diversificação. Como um *Eximbank*, o BNDES poderia realizar três tipos de ações em prol da dinamização da Base de Exportação. Uma primeira, como um corolário da política junto às MPMEs, seria apoiar um conjunto de ações que viabilizassem suas exportações de bens e serviços, os quais estivessem no cadastro *Finame* ou no *Cartão BNDES*, seja com produtos financeiros, seja com ações de cooperação na organização de feiras e outros eventos. Uma segunda seria apoiar decididamente as exportações (de empresas de qualquer porte) de bens de capital do cadastro *Finame*. E, finalmente, uma terceira, reiterar e retomar a política de exportação de serviços de

engenharia, que atualmente vem sendo, de forma descabida e irracional, criminalizada por segmentos dos órgãos de controle e da opinião pública.

Essa agenda, que até recentemente poderia ser considerada como **permanente**, não apenas para o BNDES, mas para a economia brasileira, infelizmente, no momento atual, só pode ser considerada uma agenda para o *futuro*, uma vez que, no presente, a diversificação e dinamização da Base Exportadora brasileira é uma questão que passa longe até mesmo dos setores pretensamente racionais do atual governo brasileiro.

Ao fim e ao cabo, considerando todas as ações imprescindíveis para o desenvolvimento e que o BNDES estaria perfeitamente apto a realizar, podemos ter uma certeza: sem o BNDES, *Deus não vai querer*, os investimentos não virão, a pauta de exportações, calcada em bens primários, continuará a sua marcha forçada em direção aos tempos da República Velha e o Brasil continuará avançando em direção ao *deserto*, cada vez mais periférico e marginalizado.

<sup>1</sup> *Suponha-se, por exemplo, que o investimento financiado com moeda especial seja uma estrada com pedágio. Além dos impostos e dividendos embutidos nos spreads, os impostos embutidos nos efeitos multiplicadores dos bens e serviços envolvidos na construção da estrada e, posteriormente, o produto da estrada (tráfego futuro projetado) e os impostos embutidos na renda de pedágio (efeitos aceleradores) determinarão o retorno fiscal do projeto, em determinado horizonte de tempo.*

<sup>2</sup> *Esse recurso, tão celebrado como solução para a infraestrutura no Brasil atual, foi o modelo brasileiro que vigorou até o início dos anos 50 em alguns dos principais segmentos, como a energia elétrica. É fácil observar que seu problema estrutural está no fato de tais setores serem tipicamente **no tradables**, sobrecarregando o balanço de transações correntes, especialmente tendo em vista que a Base Exportadora brasileira é limitada, pouco dinâmica e diversificada. Este é um problema recorrente e permanente, mesmo em períodos de baixo crescimento, como aqueles anteriores aos anos cinquenta e posteriores aos anos 70, o que evidencia **inviabilidade estrutural da solução via capital estrangeiro.***

<sup>3</sup> *O BNDES poderia organizar, em interação com a previdência complementar, um título financeiro lastreado inteiramente em renda variável ligada aos programas em infraestrutura. Isso viabilizaria a formação de consórcios em que a capacidade de gestão de determinado grupo privado passaria a ser mais importante do que sua capacidade de aporte de capital. Essa alternativa não apenas ajudaria a destravar a limitação estrutural de equity e de número de grupos privados com capacidade de operação, como também seria a solução real e efetiva para que a previdência complementar passe a finalmente existir no Brasil.*

<sup>4</sup> *No caso de uma PPP federal, por exemplo, a garantia poderia ser de títulos públicos depositados no Banco Central. Acompanhando o processo de investimento da PPP, de acordo com o cronograma e pari passu ao investimento privado, o BNDES sinalizaria para o TN o **momento** e adequação do aporte devido que cabe ao governo. Havendo omissão de pagamento, o BNDES autorizaria junto ao BC o saque dos títulos dados em garantia. Seja o TN pagando diretamente, seja recorrendo ao saque dos títulos, o momento em que isso ocorrer é que estará produzindo resultado primário, quer a metodologia de medição seja por caixa ou competência. Nos últimos 25 anos, idiotas normativos argumentaram que a simples emissão de títulos, mesmo que depositados no BC, seria fato gerador de resultado primário, contrariando normas contábeis nacionais ou internacionais, inviabilizando, por hipótese, uma solução estrutural para a construção da infraestrutura brasileira.*

<sup>5</sup> *Outro passo essencial para a implementação desse produto também já havia sido dado pela Área de Operações Indiretas do BNDES, que é o relacionamento direto, via TI, com o amplo e massivo universo das MPMEs, de forma a que o Banco viesse a aceitar clientes (e assumir o risco dos empréstimos) com base em seus próprios critérios, e não instrumentalizado indevidamente pelos agentes financeiros.*

(\*) Economista, professor titular da FACE/Cedeplar/UFMG, ex-diretor do BNDES.

## ACONTECE

*No ato realizado na última sexta-feira (15), em solidariedade aos empregados e ex-empregados do BNDES denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) no âmbito da Operação Bullish, foi deliberada a elaboração de uma Carta Aberta dos empregados do BNDES dirigida à sociedade brasileira. A carta foi elaborada por um grupo de empregados e o documento circulará pelas dependências do Banco para recolher as assinaturas, estando também disponível na AFBNDES*

## Carta Aberta dos empregados do BNDES com relação à denúncia apresentada pelo MPF na Operação Bullish

**O**s empregados do BNDES vêm a público prestar solidariedade aos seis empregados e ex-empregados denunciados pelo Ministério Público Federal – MPF no âmbito da Operação Bullish, que investiga os aportes realizados pela BNDESPAR na JBS.

A denúncia apresentada pelo MPF baseia-se unicamente em processos administrativos ainda em andamento no Tribunal de Contas da União – TCU, cujas alegações foram ampla e tecnicamente esclarecidas pelo BNDES nos referidos procedimentos administrativos, no *site* da instituição e em três Comissões Parlamentares de Inquérito.

Estamos cientes de que o relacionamento profícuo com os órgãos de controle contribui para a melhoria dos processos e normas do BNDES, como efetivamente vem ocorrendo, especialmente a partir das auditorias realizadas nas operações da JBS. Nesse sentido, os esforços do BNDES têm sido reconhecidos pelo próprio TCU, ao convidar o BNDES para apresentar, como referência, a experiência da instituição no que se refere à construção de relacionamento com a Corte de Contas, na última edição do Encontro de Dirigentes do TCU, ocorrido nos dias 11 a 13 de março deste ano.

No entanto, embora seja do interesse de todos os empregados do BNDES que haja apuração adequada de qualquer alegada irregularidade, bem como que os apontamentos do TCU cumpram a finalidade de melhorar procedimentos e conferir maior transparência e robustez ao papel do BNDES, não podemos nos furtar de manifestar nossos receios quando se verifica que apontamentos de caráter administrativo, oriundos de processos ainda em andamento no TCU, sejam base para o oferecimento de acusação criminal. Tememos a criminalização da execução de políticas públicas – missão principal desta Casa, que segue todas as normas regulatórias aplicáveis – por discordância com as políticas levadas a efeito pelo governo da época. Nesse ponto, é importante ressaltar que a regularidade das referidas operações foi defendida pelos três Presidentes do BNDES que sucederam a gestão de Luciano Coutinho, o que, por si só, já revela que, mesmo discordando do mérito das operações, todos que por aqui passaram atestaram a sua regularidade.

Diante dessa situação, entendemos que, caso prosperem denúncias como essa, as atividades de todos os empregados do BNDES encontram-se ameaçadas, dado o grande número de profissionais envolvidos em operações auditadas pelos órgãos de controle.

A solidariedade aos colegas decorre da verificação de que não há fundamento que sustente a tese do MPF quanto à existência de crimes praticados por empregados nos referidos aportes, como apontam os seguintes elementos: (i) esclarecimentos já prestados pelo BNDES quanto aos aportes; (ii) denúncia baseada em relatórios oriundos de procedimentos administrativos **em andamento** no Tribunal de Contas da União – TCU; (iii) conclusões das diversas auditorias realizadas (Comissão de Auditoria Interna e Comissões Parlamentares de Inquérito); (iv) discrepância de entendimentos entre Polícia Federal e MPF quanto aos envolvidos; (v) delações dos irmãos Batista quanto à inexistência de qualquer irregularidade praticada pelos técnicos do BNDES; (vi) características e especificidades das operações de mercado de capitais; (vii) expressivo resultado financeiro da operação; (viii) não há qualquer evidência de que empregados tivessem ciência de eventual ato ilícito realizado pelo empresário e agentes políticos na criação de políticas públicas; (ix) tampouco há qualquer evidência de vantagem ilícita recebida por empregados. Tudo a demonstrar a fragilidade da peça acusatória apresentada pelo MPF.

### Alegações da denúncia

A denúncia criminal baseia-se, principalmente, em procedimentos administrativos do Tribunal de Contas da União, que ainda estão em andamento. Todos os apontamentos realizados já foram amplamente esclarecidos tecnicamente pelo BNDES no âmbito dos processos em curso no TCU. A maioria desses fatos, inclusive, é objeto das “Perguntas e respostas sobre operações do BNDES com a JBS”, disponível no site do Banco ([link](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/) abaixo), que tem como intuito principal fornecer informações à sociedade brasileira sobre essas operações, destacando as principais questões levantadas pelos órgãos de controle. (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/>

*perguntas-respostas*)

Como exemplo da fragilidade da denúncia destacamos duas alegações do MPF, que ganharam ampla repercussão, especialmente nas mídias sociais: (i) o suposto prazo exíguo na análise das operações e (ii) a suposta falta de garantias nas debêntures mandatoriamente conversíveis em ações.

No ponto (i), todas as operações ocorreram em prazos dentro do padrão dos tempos de análise e aprovação das operações do BNDES que envolvem participação acionária em companhias abertas. Nesses casos, os registros formais eram usualmente feitos ao fim do processo de análise para evitar riscos de eventuais vazamentos de informações, frustrando-se, assim, o dever de sigilo imposto pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para o mercado de capitais. Isso foi demonstrado ao TCU por meio de trocas de correspondências eletrônicas, agendas, apresentações, fatos relevantes publicados ao mercado, entre outros. As análises não ocorreram em dias, mas em meses, como é usual, fato acatado, inclusive, por técnicos do TCU.

Quanto ao ponto (ii), as debêntures mandatoriamente conversíveis, com previsão de recebimento apenas em ações, são equiparadas a ações, sendo parte do capital da companhia. Nesse sentido, há jurisprudência da CVM e, no caso concreto, relatório da agência de *rating*. Assim, a garantia destas operações são as ações a serem dadas no ato da conversão, não fazendo sentido a constituição de garantias adicionais como num título de dívida, o que foi, inclusive, reconhecido pelo relatório final da Polícia Federal no inquérito sobre a operação, ao não incluir esse ponto como fato criminoso.

Apesar das explicações técnicas prestadas pelo Banco, esses pontos, que constituem elementos inerentes à natureza das operações de mercado de capitais, permanecem sendo entendidos como irregularidades, e agora, ilícitos penais.

Faz-se necessário destacar que eventuais críticas legitimamente levantadas pelo TCU quanto a políticas públicas, normas e procedimentos internos do Sistema BNDES, tão importantes para a sociedade brasileira, não podem ser tratadas como supostas irregularidades praticadas por empregados que cumpriram, de boa-fé, as referidas políticas, normas e procedimentos, sem ciência ou envolvimento com eventuais condutas realizadas por agentes fora do BNDES.



## ACONTECE

wsantos



## Condução coercitiva, inquérito policial e denúncia

Em maio de 2017, o MPF propôs a condução coercitiva de 37 empregados do BNDES, sem que os empregados da instituição tivessem sido convocados previamente para prestar esclarecimentos. A ação gerou repercussão fortemente negativa, tendo o STF vindo, posteriormente, a limitar expressamente o uso dessa controvertida medida.

Após diversas diligências e análises, a Polícia Federal concluiu em agosto de 2018 o inquérito policial, com o indiciamento de dois profissionais do BNDES. No entanto, o MPF, com base em relatórios do TCU, incluiu em sua denúncia novos profissionais do BNDES, sem justificativa para tal. Embora não seja incomum que a Polícia Federal e o MPF tenham visões distintas sobre um mesmo caso, um alerta surge quando a fase investigatória, realizada em mais de um ano de diligências e averiguações, conclui pela existência de indícios de crime com relação a dois profissionais do BNDES. Já a denúncia, que exige um conjunto probatório mais sólido e não apenas indícios, entendeu, com base em apontamentos ainda não concluídos no TCU, haver provas da prática de crimes contra pessoas que sequer haviam sido indiciadas.

É importante também lembrar que os irmãos Batista, nas delações em que acusaram ministros de Estado, políticos das diversas esferas e o então presidente da República e admitiram vários crimes, sempre ressaltaram que no BNDES nunca lhes foram feitas exigências ilícitas ou foi praticado qualquer crime. Tanto assim que não houve acusação de corrupção contra os empregados do Banco, os quais foram acusados da prática dos crimes, previstos na Lei 7.492/86, de gestão fraudulenta e prevaricação financeira, esta sem nem mesmo apontar que dispositivo de lei estaria sendo descumprido<sup>1</sup>, em quadrilha.

Receia-se que a acusação do MPF, nos termos frágeis nos quais foi apresentada, desconsidere

rando as afirmações dos irmãos Batista, em delação realizada, quanto à inexistência de irregularidades praticadas pelos empregados do BNDES e alargando o rol de envolvidos, seja também uma forma de justificar a coerção indevida de tantos empregados.

## Auditorias e CPIs realizadas

Corroborando o empenho do BNDES em apurar as alegações de irregularidades, o BNDES instaurou uma Comissão de Apuração Interna – CAI para apurar atos e fatos relacionados ao Sistema BNDES envolvendo as operações realizadas com a JBS, a qual foi concluída sem identificar nenhum fato relevante, como consta das demonstrações financeiras do BNDES auditadas independentemente datadas de 30 de setembro de 2018.

Complementarmente, os fatos que embasaram a denúncia também foram apurados no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI, uma em 2015 e as outras em 2017, sem que qualquer pedido de indiciamento fosse realizado e concluindo que “em relação às demandas do TCU e aos questionamentos pontuais acerca de aspectos de operações específicas, entendemos haver consistência nos argumentos apresentados pelo Banco”. (<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/acdafba3-cdd7-4825-8e2c-d78421f70e54>)

Reforçando o seu interesse em esclarecer quaisquer dúvidas acerca de suas operações, o Banco também contratou uma auditoria internacional independente, que está sendo conduzida por escritórios com larga experiência em temas financeiros complexos, para inspecionar as operações diretas realizadas pelo BNDES com a JBS, com o objetivo de apurar eventuais ações que tenham contrariado leis, normas e regulamentos em prejuízo do BNDES e dar maior segurança às suas informações financeiras. Tal auditoria ainda se encontra em andamento.

## Resultado financeiro positivo

Em termos dos resultados das operações, do total dos investimentos realizados (R\$ 8,1 bilhões), cerca de R\$ 5 bilhões já retornaram à BNDESPAR na forma de dividendos, comissões, prêmios e venda de ações. Somado ao valor de mercado das ações de JBS em 12/03/2019, que era de R\$ 8 bilhões, o resultado das operações da BNDESPAR com a JBS, na mencionada data, representa um saldo positivo de R\$ 4,9 bilhões para a BNDESPAR, ao contrário do que quer fazer crer a tese do MPF. Não houve prejuízo ao erário, e **sim um saldo positivo de cerca de R\$ 5 bilhões.**

O BNDES atua há 66 anos na implementação das políticas públicas de desenvolvimento definidas pelo Governo Federal, atividade que sempre desempenhou com rigor técnico e impessoalidade, de acordo com as boas práticas bancárias e de mercado de capitais e com as normas regulatórias e a legislação vigente. O prosseguimento de processo criminal com uma frágil base de evidências atinge a honra de todos os empregados do BNDES e traz inaceitável insegurança ao trabalho cotidiano da instituição.

Nesse sentido, manifestamos a nossa solidariedade aos colegas denunciados e reforçamos a nossa convicção de que, ao final desse infundado processo criminal, restará claro para a sociedade brasileira e para suas instituições de controle a lisura dos empregados do BNDES injustamente denunciados e a integridade de seus processos colegiados.

<sup>1</sup> A prevaricação financeira, nos termos do artigo 23 da Lei 7.492/1986, consiste em omitir, retardar ou praticar, o funcionário público, contra **disposição expressa de lei, ato de ofício necessário ao regular funcionamento do sistema financeiro nacional, bem como a preservação dos interesses e valores da ordem econômico-financeira.**

Empregados do BNDES repetiram, na última sexta-feira, imagem de 12 de maio de 2017, quando houve protesto contra as conduções coercitivas relacionadas à Operação Bullish



## ACONTECE

## Eleição para a CIPA/BNDES até o dia 2 de abril

Até o dia 2 de abril é possível participar do processo eleitoral que escolherá os representantes da CIPA/BNDES para o mandato 2019-2020. São dezessete candidatos e os empregados devem escolher até seis. Serão eleitos seis titulares e cinco suplentes. Para votar, basta usar o login e senha de acesso inicial à rede no link <https://web.bndes.gov.br/VOT/login>.

Os candidatos são: Alex Soares da Silva, André Ricardo de Andrade Vasconcellos Luz, Bruno Fernando Reis Malburg, Bruno de Castro Pascual, Débora Cristina Braga Ribeiro, Frederico Moreira dos Santos, Isadora Maciel Levy Couto, Katia Regina da Silva, Jonathan Moura Vidal, Martha Gubernikoff Guimarães, Raphael Rossi Rodrigues, Ricardo Henrique Scheidemantel, Tereza Cristina Ribeiro Sampaio, Wilson Duffles de Almeida Lima, Marcelo Teles dos Santos, Nelon Chagas Guimarães e Leandro Kume.

## Aprovado calendário da eleição para CD e CF da AFBNDES

Foi aprovado ontem, no CD, o calendário oficial da eleição que renovará os Conselhos Deliberativo e Fiscal da AFBNDES (mandato 2019-2021). O edital de convocação do pleito será publicado em 5 de abril; a inscrição de candidatos se dará de 30 de abril a 14 de maio; a votação acontecerá em 29 de maio; a proclamação dos eleitos ficou marcada para 7 de junho; e a posse dos novos conselheiros para 1º de julho.

A eleição é para o preenchimento de, no máximo, 25 vagas no Conselho Deliberativo; e de seis vagas no Conselho Fiscal, sendo três efetivas e três suplentes.



Os candidatos aos Conselhos: Chiletto, José Eduardo, Iran e Danilo

# Votação para Conselhos da FAPES termina nesta quinta-feira

Encerra-se hoje (21), às 15h, o processo de votação para a eleição dos representantes dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FAPES (mandato de abril/2019 a abril/2023).

“A AFBNDES reforça a importância da participação dos colegas neste pleito que escolhe nossos representantes para tais órgãos no momento em que está em jogo tanto a implantação do equacionamento do PBB negociado na Mesa FAPES quanto a elaboração de uma proposta de adequação do nosso plano de saúde à Resolução nº 23 da CGPAR em andamento na Mesa PAS”, destaca a diretoria da entidade.

São três vagas em disputa: representante

dos participantes ativos no Conselho Deliberativo (CD); representante dos participantes assistidos no Conselho Deliberativo; e representante dos participantes ativos no Conselho Fiscal (CF).

Para a vaga dos ativos no CF, há apenas uma chapa inscrita: “Sustentabilidade”, formada por **Fabio Chiletto Gonçalves** (titular), Eduardo da Fonseca Mendes (1º suplente) e Vinicius Moraes Pinto Garcia (2º suplente).

Chapa única também se candidatou à vaga dos assistidos no CD: “Transparência e Sustentabilidade”, que tem como integrantes **José Eduardo Pessoa de Andrade** (titular), Sebastião Bergamini Junior (1º su-

plente) e Claudio Costa do Nascimento (2º suplente).

Para a vaga dos ativos no CD, há duas chapas em disputa: “Progresso e Participação”, constituída por **Iran Pires Aguiar** (titular), Mauro Bottino (1º suplente) e Flávia Guglielmo Lisboa (2º suplente); e “FAPES Forte e Transparente”, formada por **Danilo Xavier de Brito Amorim** (titular), Ruy Siqueira Gomes (1º suplente) e Daniel Schaefer Denys (2º suplente).

Os programas das chapas estão disponíveis nos sites da FAPES e da AFBNDES. A votação é eletrônica e o acesso à cédula se dá através do login no Portal de Serviços da FAPES (<https://portal.fapes.com.br/>).

## Um site em defesa do direito à aposentadoria

A Rede Brasil Atual (RBA) lançou, no dia 8 de março, o site Minha Aposentadoria, com informações sobre a “reforma” da Previdência 2019 – totalmente voltado para a defesa do direito dos trabalhadores brasileiros à aposentadoria.

A página explica com detalhes as regras que constam da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 6/2019 levada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, em 20 de fevereiro, com a expectativa de que a mesma seja aprovada ainda no primeiro semestre deste ano.

O que a “reforma” põe a perder? O que é verdade e o que não é na avaliação da situação da Previdência? Quem vai pagar a conta de R\$ 1 trilhão que o governo diz querer economizar com a PEC? Por que a “reforma” põe em risco não

apenas as futuras aposentadorias, mas também a situação de quem já está aposentado? O que precisa mudar, de fato, na estrutura da Previdência, para que ela seja efetivamente sustentável para as atuais e futuras gerações?

O site também tem uma “calculadora” produzida pelo Dieese, por meio da qual os usuários poderão comparar quanto levariam para se aposentar com as regras atuais e como ficará se a proposta de Bolsonaro for aprovada.

**Manifestação nesta sexta** – Ato contra a “reforma” da Previdência e pelo direito à aposentadoria será realizado nesta sexta-feira (22) em todo o país. No Rio, a concentração está marcada para as 16h, na Candelária, com caminhada até a Central do Brasil. Centrais sindicais e movimentos sociais promovem a manifestação.

## Crescimento e estagnação em seminário no dia 25

“Crescimento e estagnação da economia brasileira: evolução recente e perspectivas” é o tema do seminário que será promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado e pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no dia 25 de março, a partir das 18h, com a participação de André Nassif, professor da UFF, Carmem Feijó, professora da UFF e editora de

Cadernos do Desenvolvimento, e Roberto Saturnino Braga, diretor-presidente do Centro Celso Furtado. O seminário, que marcará o lançamento de Cadernos do Desenvolvimento nº 23 (jul/dez 2018), acontecerá no auditório do Bloco F, Campus Gragoatá, UFF (Rua Alexandre Moura 8, São Domingos, Niterói). Inscrições pelo site [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br).

## Notícias sobre previdência e saúde no WhatsApp FAPES

Os participantes da FAPES têm agora mais uma forma de acompanhar as notícias sobre previdência e saúde. Trata-se do WhatsApp FAPES, que divulga exclusivamente comunicados da Fundação, como a newsletter quinzenal.

Segundo a FAPES, o novo canal tem como objetivo auxiliar na conexão mais ágil com os participantes. “Por meio dele, os usuários ficam por dentro de tudo o que acontece na Fundação diretamente pelo smartphone”.

Para receber as notícias e informes basta enviar uma mensagem via WhatsApp para o número (21) 99451-8883, informando nome completo e perfil (ativo, aposentado, pensionista ou autopatrocinado).

O serviço é gratuito e apenas informativo, sem troca de mensagens ou compartilhamento do número do celular com outros participantes. “Para dúvidas ou outras manifestações, continue utilizando o Fale FAPES, acessando o Portal de Serviços”, ressalta a Fundação.



## EVENTOS

## Chocolates e brincadeiras para comemorar a Páscoa no Clube

A AFBNDES está preparando uma festa de primeira para celebrar a Páscoa no dia 14 de abril, domingo, das 11 às 16h, no Clube da Barra. O evento, com entrada franca para associados e convidados, terá distribuição de chocolates, recreação e a ilustre presença do Coelhoinho da Páscoa. Mais informações na próxima edição.



bárbara becker

Movimentação na sede social durante a festa da Páscoa de 2017

## ► Serviços

### Livraria Insight até amanhã no Atendimento

Amanhã (22) é o último dia da exposição da Livraria Insight no Atendimento da AF. Estão disponíveis, com desconto, livros de pensadores contemporâneos, obras sobre empoderamento feminino (como o clássico “Mulheres que correm com os lobos”), além das publicações mais vendidas na área de não ficção (como “A Sutil Arte de Ligar o Foda-se”) e uma seção de literatura infantil. A livraria aceita cartão de crédito e débito.

### Corpus Christi na Pousada Itaipava

As inscrições para o feriado de Corpus Christi (20 a 23/6), na Pousada, estarão abertas de 9 a 18/4. O sorteio será realizado no dia 25, com divulgação do resultado no dia 26 na AF. A 1ª chamada da reserva acontecerá entre os dias 6 e 8 de maio.

**2ª chamada para feriadão de São Jorge e da Páscoa** – Termina amanhã (22), no Atendimento da AF, A 2ª chamada de reservas para os feriados de São Jorge e da Páscoa (19 a 23 de abril), na Pousada Clube Itaipava.

## CULTURAL

### APA lança a 2ª edição da revista literária LAVRA

A APA lançou no final de fevereiro, com tiragem de mil exemplares, a 2ª edição da revista literária LAVRA. O projeto, coordenado pela assessora de comunicação Suely Canero, reúne contos, crônicas e poesias de 19 associados e convidados da entidade. Além das ilustrações de Tony Carvalho, a edição conta com a colaboração de Helio Brasil, com contos e desenhos que estampam as páginas 6 e 33.

A revista é uma publicação especial. A primeira edição foi lançada em 2017 com a intenção de dar visibilidade aos trabalhos literários da comu-

nidade beneditense. Exemplares da LAVRA estão disponíveis na secretaria da APA (S1 do Edserj). A distribuição é gratuita.

**Autores** – Angela Regina Cabral de Melo, Antonio Cabral Correa, Carlos Batista, Carlos (Poeta) Martins, Getúlio Avelar (em memória), Gilberto Barbalho (em memória), Haroldo Cella, Helio Brasil, Hugo Francisco dos Santos, Israel Blajberg, Jobert Rocha, Luiz Borges, Mario Cesar Lemos Chaves, Milton Galvão, Orlando Zeferino, Paulo Souza dos Santos, Rosália Nobrega e Suely Canero.



reprodução

## ► NÃO PERCA

### MAR apresenta exposição só com obras de artistas mulheres

O Museu de Arte do Rio (MAR) apresenta a mostra “Mulheres na Coleção do MAR”, na qual os visitantes podem conferir obras de mais de 150 artistas históricas e contemporâneas, brasileiras e estrangeiras, que fazem parte do acervo do museu. Os trabalhos são assinados por nomes como Tarsila do Amaral, Tomie Ohtake, Beatriz Milhazes, Güler Ates, Marie Nivouliès de Pierrefort, Abigail de Andrade, Louise Bourgeois, Neide Sá, Jenny Holzer, Leila Danziger, Vânia Mignone e Célia Euvaldo.

Pela primeira vez na história do MAR, a curadoria foi rea-



reprodução

Trabalho de Beatriz Milhazes que pode ser visto na mostra

lizada a partir de um processo colaborativo que envolveu mulheres de todos os setores do museu, entre seguranças, receptionistas, produtoras, auxiliares administrativas e de serviços gerais, advogadas, jornalistas, designers, museólogas e gestoras.

**Serviço** – A exposição fica em cartaz até o dia 30 de abril. O MAR funciona de terça-feira a domingo, das 10 às 17h. O museu fica na Praça Mauá 5, Centro. Os ingressos custam R\$ 20,00 (inteira) e R\$ 10,00 (meia). Às terças a entrada é gratuita.

**Rose Maia apresenta “Encontro de Bambas”, no Quintas** – Hoje (21), às 19h, o Quintas no BNDES apresenta a cantora Rose Maia com show em tributo a dois pilares da MPB: Noel Rosa e Cartola, mesclando o melhor do morro e do asfalto. O espetáculo inclui composições incompletas de Cartola que foram finalizadas por seu neto e arranjador, Reizilian Cartola Neto. Os ingressos gratuitos serão distribuídos às 18h na recepção do Espaço BNDES (Av. Chile 100, Centro).

### Novo grupo do Consórcio

Restam poucas vagas para o novo grupo de automóveis, com duração de 60 meses. Os bens de referência são: Fiat Mobi Like 1.0 2019 (carta de crédito de R\$ 42.440,00; mensalidade de R\$ 780,00); Fiat Gran Siena 1.4 2019 (carta de crédito de R\$ 56.990,00; mensalidade de R\$ 1.044,00); e Prisma LT 1.4 2019 (carta de crédito de R\$ 64.690,00; mensalidade de R\$ 1.185,00). Mais informações no Atendimento da AFBNDES.

**Atendimento AFBNDES** – Edserj: Av. República do Chile 100, sobreloja/mezanino, de 2ª a 6ª, das 10 às 17h. Tel. 2532-0163.

**Ótica Sete**  
Especializada em atender bem.

Descontos para os  
Associados da AFBNDES

Rua Sete de Setembro, 98 Sobreloja 206 - Centro - RJ  
Tel.: (21) 2242-5220 / 2252-3185 / 99601-0068  
www.oticasete.com.br

**64 ANOS**





## ESPORTES

# Madureira e América na ponta da tabela

Rodada de bons jogos e poucos gols traz Cariocão de volta ao Clube da Barra. Bangu estreia com vitória

A segunda rodada do Cariocão 2019, disputada domingo passado no Clube da Barra, foi marcada pela estreia do Bangu, que derrotou o Americano por 4 a 3 num grande jogo. O time de Campos abriu o marcador aos 12min, em gol de Erick Soares meio sem querer. O alvirrubro empatou na saída da bola com Otávio do Vale; e virou o placar logo depois com golaço de Victor Bittencourt: 2 a 1. Victor voltou a marcar aos 24, ampliando o marcador para 3 a 1. Na segunda etapa, o jogo esquentou de vez. Aos 5min, o Americano marcou seu segundo gol, com Thiago Martins aproveitando rebote; e aos 13 Erick decretou o empate com golaço de falta: 3 a 3. A partida foi decidida 11 minutos depois, com o goleador Otávio marcando 4 a 3 para o Bangu.

O líder Madureira derrotou a Portuguesa por 1 a 0 – gol do craque Marcelo “Fininho” aos 25 do segundo tempo. O escore acanhado não conta bem a história do jogo, disputado de forma intensa pelas duas equipes. O time da Ilha do Governador

desperdiçou chance de abrir o marcador aos 4 da primeira etapa, após falha da defesa de Conselheiro Galvão.

Boavista e America empataram em 1 a 1 com grandes performances dos goleiros. Rodriguinho Ribeiro fez 1 a 0, de cabeça, para o time de Saquarema aos 12min da etapa inicial. A equipe poderia ter ampliado o marcador aos 27, se Rafael Oliveira tivesse convertido pênalti, defendido pelo goleiro do América, Gabriel Piola. No segundo tempo, foi a vez do goleiro Thiago Barreto, do Boavista, fechar o gol. O America pressionou bastante e foi premiado aos 29 com gol de empate marcado por Flavio Spinelli, após cobrança de falta: 1 a 1. Na disputa de pênaltis para definição do ponto extra, o Mequinha levou a melhor, vencendo por 2 a 1 e garantindo, assim, a vice-liderança da competição.

Olaria e Cabofriense ficaram no zero na etapa inicial. Aos 24, o time de Cabo Frio acertou o travessão. A equipe da Rua Bariri respondeu em seguida, mas o



Fininho, do líder Madureira, fez gol no domingo passado



America, de Spinelli (9): ponto extra após empate

goleiro garantiu o empate sem gols. No segundo tempo, Juan Faria marcou para o Olaria aos 4min. O time azul e branco ampliou aos 18, com Gustavo Ron-

don. Cinco minutos depois, a Cabofriense diminuiu com Jefferson Araújo: 2 a 1. Com o resultado, o Olaria manteve a invencibilidade e subiu para a terceira posição. O Volta Redonda folgou.

**Classificação** – Madureira (5), America (5), Olaria (4), Cabofriense (3), Bangu (3), Portuguesa (3), Boavista (1), Volta Redonda (0), Americano (0). Artilheiro: Cristian Soares (Cabofriense) e Gilles Botelho (Portuguesa), com três gols cada.

## PRÓXIMA RODADA

**Domingo – 24 de março**

**9h:** Americano X Boavista (1)

**9h:** America X Volta Redonda (2)

**10h30:** Cabofriense X Madureira (1)

**10h30:** Bangu X Portuguesa (2)

\* (1) Campo 1, (2) Campo 2.  
Folga: Olaria.

## Trinta e um corredores na Prova do Outono

Trinta e um corredores “benedenses” irão participar da Prova do Outono do Circuito

das Estações, marcada para domingo, 31 de março. A prova terá largada às 8h, no Aterro do Flamengo (Monumento aos Pracinhos), com percursos de 3, 5 e 10Km. Durante a corrida nossos corredores contarão com o apoio da Runners Rio, parceira da AFBN-

DES (aquecimento, massagem e lanche). Os kits e chips serão entregues no dia da prova. Informações: [esportes@afbndes.org.br](mailto:esportes@afbndes.org.br).

A nova camisa do Grupo de Corridas está à venda no Atendimento da AF (mezanino do Edserj) por R\$ 35,00.

## ► Serviços

### Mary Kay todas as quartas no Edserj

A empresa de cosméticos Mary Kay estará todas as quartas-feiras, até o dia 22 de maio, das 14 às 17h, na Sala de Treinamento (S2 do Edserj), realizando serviços gratuitos de limpeza facial, peeling de microdermabrasão e máscara de carvão, além da venda de produtos da marca. A ação é uma parceria entre a AFBNDES e a AFCEdserj.

## ► Classificados

**Araruama** – Vendo casa, condomínio, 4qtos, 2 suítes, 1 banheiro social, lavabo, área c/churrasqueira, garagem p/2 carros. R\$400mil. Marilisa (99609-9326).

**Glória** – Vendo apto, 1qto, dependências, 60m², fundos, c/ sacada, vaga e estrutura (piscina, churrasqueira, quadra e salão), rua silenciosa, próx. Metrô e comércio. R\$70mil. Carina (98015-1212).

**Jacarepaguá** – Vendo apto, 3qtos (1 suite), varandão, total infra, garagem, todo reformado. Rua Xingu, Freguesia. Manoel (98852-2509).

**Maracanã** – Vendo lindo apto, 2qtos, prédio recém-construído, infra, vaga escritura, varandão, sol manhã. Rua Lúcio de Mendonça. R\$750mil. Estudo proposta. Ricardo (99302-2878).

**Tijuca** – Vendo apto, 3qtos, 2 banheiros, armários, mobiliado, Metrô S.F. Xavier/A. Pena, comércio, vaga, fundos, 100m². Rua Lúcio de Mendonça. R\$720mil. Dora (99415-7596).

**Tijuca** – Vendo apto, 80m², 2qtos, dependência, vista livre, silencioso, vazio, vaga, port.24h/fotos. R\$430mil. R.S. Fco.Xavier/Av. Maracanã. Vera (99253-5498).

**Corolla** – Corolla Altis, flex, 2.0, prata, completo, 2017/18, único dono, 30.000km, todas as revisões realizadas. R\$94mil. Neide (99989-8334).

**Diversos** – Vendo piano Niendorf em ótimo estado de conservação. Jacira (2052-7553).

**Indico** – Brush Up your English, aulas e conversação para todos os níveis há mais de 10 anos. Professores bilíngues/nativos. Maria do Socorro (99923-7969/99643-2632).

\*Os classificados do VÍNCULO não têm custo e só podem ser utilizados pelos sócios da AFBNDES. Os textos, com no máximo 20 palavras, devem ser entregues no Atendimento (sobrelôja-mezanino do Edserj) ou via e-mail [afatendi@afbndes.org.br](mailto:afatendi@afbndes.org.br).



## DESCONTO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS AFBNDES

A TODESCHINI COPACABANA EM PARCERIA COM O AFBNDES

ESTÁ COM DESCONTO DE 40% EM 10X SEM JUROS.

Central de atendimento\*  
99181 9405 | 2547 4463

[www.todeschinisa.com.br](http://www.todeschinisa.com.br)

\*Atendemos em todo o estado do RJ.

Todeschini   
COPACABANA